

1. INTRODUÇÃO

O relatório consolidado do FIPAG tem como objetivo divulgar, com transparência e rigor, os processos de criação de valor económico assim como os respetivos resultados e as práticas de boa governação. De modo a contextualizar a evolução do desempenho do FIPAG o relatório inclui, quando relevante, informação relativa aos anos transatos.

O relatório foi elaborado tendo como referência as normas aplicáveis e as diretrizes globalmente reconhecidas, nomeadamente: (i) Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS); (ii) Plano Geral de Contabilidade baseado nas NIRF's; (iii) Estatuto Orgânico do FIPAG; (iv) Regulamento do FIPAG, e outra legislação geral e específica do sector de águas.

O custo dos inventários consumidos é valorizado ao custo médio ponderado (CMP). A utilização deste critério de valorização pode originar volatilidade nos resultados em momentos de oscilação dos preços dos materiais e produtos químicos para tratamento de água, através de ganhos ou perdas em stocks, sem que tal traduza o desempenho operacional. Este efeito é designado por efeito stock. Outro factor que pode influenciar os resultados, sem ser um indicador que traduza o desempenho no período, é o conjunto de eventos de natureza não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de activos, imparidades ou reposições de imobilizado.

Com o objetivo de avaliar o desempenho operacional do FIPAG, divulgamos os resultados das demonstrações financeiras preparadas na base dos princípios de contabilidade geralmente aceites. Os eventos não recorrentes são adequadamente divulgados no caso da sua ocorrência. O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alteração dos Capitais Próprios e o Fluxo de Caixa foram sujeitos a auditoria.

Relativamente à informação não financeira, a metodologia de consolidação e relato da informação, abrange todas as actividades desenvolvidas na vertente operacional (Áreas Operacionais e Direcções Regionais) e fundo (fundo de investimento). Sem prejuízo do que precede, e sempre que o interesse dos stakeholders assim o justifique, é apresentada também informação de actividades não operadas directamente pelo FIPAG, no caso concreto, Águas da Região de Maputo, uma vez que o FIPAG detém uma participação de 73%.

O FIPAG pretende que a informação prestada nos seus diferentes canais de comunicação, gere a confiança necessária para apoiar a tomada de decisão dos stakeholders em relação à instituição e, para tal, submete o conteúdo deste relatório a uma verificação externa, independente e acreditada pela, Ernst & Young.

2. MENSAGEM DO DIRECTOR GERAL

Em 2018, o FIPAG manteve-se focado na concretização dos objectivos do PES e PQG, tendo investido em infraestruturas e provido de água potável a 3,2 milhões de pessoas em 21 cidades e vilas. Para o efeito, durante o ano foram distribuídos 88.578.930 m³ de água.

Sobre as necessidades de financiamento e para a materialização do

Programa de Investimento em carteira em 2018, foi celebrado o acordo do financiamento com o Governo da Holanda, relativo ao Projecto de Melhoria de Expansão de Abastecimento de água de Nacala no valor de € 21.605.000,00 e em processo de negociação/preparação para mobilização de: (i) USD 74 milhões juntamente ao Banco Mundial para a expansão dos sistemas de Tete e Moatize; e (ii) Mobilização de financiamento juntamente ao Banco Mundial, para implementação da segunda fase GMWSP em Maputo.

Em 2018, os investimentos em infra-estruturas ascenderam a 2.074.223.179,85 meticais. Estes investimentos foram repartidos em três projectos de desenvolvimento de infraestruturas de abastecimento de água, sendo a de grande magnitude, o de Maputo que consistiu na construção da conduta adutora entre a barragem de Corumana e o Centro Distribuidor de Machava, incluindo a construção de fontes de água e centros distribuidores Guava e Matlhomele, na região do Grande Maputo. Importa referir que o investimento realizado, inclui também a construção de furos de captação de água equipados e centros distribuidores em Nacala, assim como a instalação de 42 Km de conduta adutora entre a captação de Metuge à Cidade de Pemba

No que diz respeito ao cumprimento das obrigações decorrentes do Serviço da Dívida dos investimentos realizados com recurso aos Empréstimos do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Europeu de Investimentos, no período de Janeiro a Dezembro de 2018, foram pagos um total de 60.786.291,00 MZM, dos quais 40.037.502,10 referentes ao serviço dívida por conta do empréstimo do Banco Europeu de Desenvolvimento – BEI e 20.748.788,90 Meticais por conta do BAD. Ainda no quadro do serviço da dívida, o governo viu-se na contingência de adiar e reorientar cerca de 490 milhões de meticais, previstos para o serviço da dívida de 2018 e 2019 por conta dos empréstimos do Banco Mundial, para fazer face a mitigação dos efeitos da falta de água que afectou as cidades de Maputo, Matola e Boane, derivada da seca cíclica que tem estado a assolar a região sul de Moçambique, tendo sido o respectivo montante aplicado na empreitada da implantação de uma Estação de Tratamento de Água Compacta (ETA) na região de Sabié. Espera-se desta ETA, uma produção de 30.000 m³/dia, de necessários para o reforço da água produzida a partir da ETA do Umbeluzi.

No que diz respeito ao cumprimento das obrigações decorrentes do Serviço da Dívida dos investimentos realizados com recurso aos Empréstimos do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Europeu de Investimentos, no período de Janeiro a Dezembro de 2018, foram pagos um total de 60.786.291,00 MZM, dos quais 40.037.502,10 referentes ao serviço dívida por conta do empréstimo do Banco Europeu de Desenvolvimento – BEI e 20.748.788,90 Meticais por conta do BAD. Ainda no quadro do serviço da dívida, o governo viu-se na contingência de adiar e reorientar cerca de 490 milhões de meticais, previstos para o serviço da dívida de 2018 e 2019 por conta dos empréstimos do Banco Mundial, para fazer face a mitigação dos efeitos da falta de água que afectou as cidades de Maputo, Matola e Boane, derivada da seca cíclica

que tem estado a assolar a região sul de Moçambique, tendo sido o respectivo montante aplicado na empreitada da implantação de uma Estação de Tratamento de Água Compacta (ETA) na região de Sabié. Espera-se desta ETA, uma produção de 30.000 m³/dia, de necessários para o reforço da água produzida a partir da ETA do Umbeluzi.

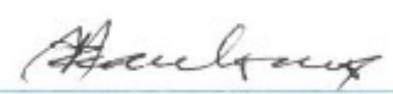
Em Outubro de 2018 foi lançado o programa PRAVIDA, uma iniciativa do Governo Central que visa acelerar a execução do PQG na vertente do abastecimento de água às populações, cujo impacto directo vai incidir em cerca de 705.000 pessoas de 5 centros urbanos e 5 sedes distritais e localidades. Deste universo de pessoas beneficiadas, 25% são da região Norte, 63% da região Centro e 12% do Sul. As actividades implementadas em 2018, possibilitaram o aumento da produção de água em mais 17.420 m³/dia e instalação de 8.800 novas ligações

Como resultado dos investimentos efectuados, o volume de receitas de exploração ascendeu a 2.205.335.755 meticais em 2018, que representa um crescimento na ordem de 19,0% e 38,33% em relação aos períodos homólogos de 2017 e 2016. Esta tendência de crescimento, é resultado das acções desenvolvidas nos sistemas de abastecimento de água que permitiram fiabilidade do serviço e o incremento de ligações de água visando maximizar a exploração da capacidade instalada a nível das cidades onde o FIPAG opera.

No presente ano, procedeu-se a inauguração, por Sua Excelência, Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, da Academia de Desenvolvimento de Competências e Carreiras Profissionais do FIPAG. Esta obra simboliza o compromisso do FIPAG para com o desenvolvimento dos seus recursos humanos e vai permitir perspectivar o futuro com entusiasmo, uma vez que será o centro de partilha e gestão do conhecimento.

A inauguração da academia coincidiu com o lançamento das comemorações dos 20 anos do FIPAG, que constitui uma oportunidade para reflectir sobre novos investimentos em infraestruturas de abastecimento de água resilientes e sustentáveis. Estas infraestruturas serão a base que irá sustentar o crescimento futuro do FIPAG

O FIPAG agradece a colaboração de Sua Excelência, Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, pelo acompanhamento directo e aconselhamentos importantes, que permitiram a materialização dos diversos objectivos propostos, assim como a prestação do CRA e colaboradores do FIPAG, parceiros de cooperação, organismos públicos e privados para o alcance dos seus objectivos.



O DIRECTOR GERAL

RELATÓRIO E CONTAS DE 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		INFORMAÇÃO NÃO-FINANCEIRA		INFORMAÇÃO SOBRE BOA GOVERNAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Âmbito de actuação do Auditor	Auditoria às Demonstrações Financeiras	Verificação da inclusão da informação não financeira, exigível nos termos da lei	Garantia razoável de fiabilidade	Verificação de inclusão de informação do relato sobre boa governação	Verificação da consistência das demonstrações financeiras com outras informações complementares



RELATÓRIO e CONTAS 2018

3. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias do FIPAG – Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, na sua alínea d) do artigo 14, o Conselho Fiscal do FIPAG, analisou o Relatório e Contas do Exercício de 2018 e as respectivas demonstrações financeiras, devidamente auditadas pela Ernst & Young, para os quais a análise do seu conteúdo mereceu-nos as seguintes observações:

- O Conselho Fiscal congratula-se com as actividades desenvolvidas pelo FIPAG, durante o período de Janeiro a Dezembro de 2018, descritas no Relatório e Contas, que permitiram o crescimento da produção de água em mais 17.420 m3 por dia, o estabelecimento de 8.800 novas ligações, reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água, elaboração de projectos executivos e a expansão de 211 kms de rede de distribuição de água;
- Durante o exercício em análise é de enaltecer a inauguração da Academia de Desenvolvimento de Competências e Carreiras Profissionais do FIPAG, demonstrativo claro do comprometimento da instituição com o desenvolvimento dos seus recursos humanos e a melhoria constante das suas competências.
- O Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRFs) e reflectem de forma correcta a situação financeira do FIPAG, em 31 de Dezembro de 2018.
- O Conselho Fiscal endereça igualmente apreço pela colaboração prestada pelos auditores independentes na verificação das demonstrações financeiras da empresa referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2018.
- O Conselho Fiscal reitera para a necessidade de prosseguirem os esforços para melhoria da eficiência operacional, através da continua tomada de medidas mais vigorosas para fazer face ao desafio de melhorar os níveis de satisfação dos consumidores, facturação e cobrança, bem como a redução de perdas, com vista a conferir maior rentabilidade a empresa.

De acordo com a análise efectuada aos documentos apresentados pela Direcção e face ao exposto, o Conselho Fiscal é do parecer que seja:

- Aprovado o relatório e contas ao exercício de 2018;
- Endereçando um voto de confiança a Direcção e aos Trabalhadores do FIPAG, pela competência, empenho e zelo com que exerceram as suas funções durante o exercício

Maputo, Agosto de 2019

O Conselho Fiscal

Presidente
Manuel Joaquim Matavele

Vogal
Rosana Camorá

em análise

4. RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras do Fipag - Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demon-



EY
Building a better
working world

Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young.ey.com
NUIF:400 006 245
www.ey.com

strações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

BASES PARA A OPINIÃO

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DIRECTIVO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Directivo é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho Directivo é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho Directivo tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho Directivo é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de audi-

toria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho Directivo.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho Directivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho Directivo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos o Conselho Directivo que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos o Conselho Directivo, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Manuel Marques Relvas.

ERNST & YOUNG, LDA
Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:

Manuel Relvas (Auditor Certificado Nº 5)

Maputo, 30 de Junho de 2019



RELATÓRIO e CONTAS 2018

5. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Direcção do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, adiante designado por FIPAG é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações Financeiras que compreendem o balanço, demonstração de resultados, demonstração de alterações nos capitais próprios e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo a 31 de Dezembro de 2018 de acordo com a base de preparação descrita na Nota abaixo.

A Direcção do FIPAG é igualmente responsável por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais devidas a fraude ou erro e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. A Direcção do FIPAG é igualmente responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

A Direcção do FIPAG efectuou uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não tem motivos para duvidar que o negócio irá operar segundo o pressuposto da continuidade no futuro próximo.

As demonstrações financeiras anuais do FIPAG conforme mencionado no primeiro paragrafo, foram aprovadas pelo Conselho Directivo a 21 de Junho de 2019 e vão assinadas em seu nome por:

Director de Administração e Finanças

Director Geral

Avile  *Acabouza*

6 DESEMPENHO OPERACIONAL

Para o desempenho operacional e tendo em conta o plano de negócio das Áreas Operacionais, registou-se algumas melhorias da eficiência operacional, em relação a 2017/2018, traduzida no incremento do índice de vendas, redução do índice de perdas e eficiência de custos.

Em 2018, o consumo médio mensal facturado por ligação foi de 14.15 m³, correspondente a 97% da facturação média realizada em 2017, cuja cifra foi de 14,6 m³. Este nível de realização, resulta especificamente da mudança na concentração dos consumidores para os escalões imediatamente inferiores, associado, por um lado, pelo aumento de beneficiários (ligações) sobre a mesma capacidade de produção; e por outro, pelas constantes restrições de água, associadas à limitação da disponibilidade decorrente da seca e cheias, com impacto na redução do tempo de distribuição.

As vendas medias mensais em 2018 foram de MZM 616,50, um acréscimo de 16% em relação a 2017, associado, para além dos aspectos acima descritos, a ajustamento tarifário.

O EBITDA do exercício de 2018 foi no valor de 424.866.359 meticais, sendo que para 2017 foi de 324.296.529 meticais, representando um acréscimo correspondente a 31,0%. Esta variação é resultante do ajustamento tarifário incrementado em 2018 e que impulsionou as vendas, associados a variação negativa dos custos de matérias primas resultante a estabilidade de preços em 2018.

Os custos totais de operação (incluindo as depreciações, amortizações e provisões) para 2018, foram no montante de 2.224.142.423 meticais, sendo que em 2017 foram no valor de 1.925.905.872,00 meticais. O crescimento registado na estrutura de custos de 15,5% está relacionado com o aumento do tarifário de energia, combustíveis e associado aos custos de extensão de rede nas Áreas Operacionais de Maxixe, Beira,

Chimoio e Nacala.

Os proveitos referentes a venda de água são no valor de 1.551.199.772,00 meticais.

(Valores expressos em Meticais)

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Venda de bens e serviços	2.205.335.755	1.853.545.468
Custos dos investimentos vendidos ou consumidos	(160.411.031)	(186.529.333)
	2.044.924.724	1.667.016.135
Gastos com pessoal	(715.623.361)	(636.989.474)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(774.977.152)	(687.407.573)
Amortizações do exercício	(375.639.540)	(375.736.591)
Provisões	(68.033.787)	(20.920.342)
Imparidade de contas a receber	(23.982.790)	(1.954.500)
Outros ganhos e perdas operacionais	(105.475.062)	(16.418.059)
	(2.063.731.692)	(1.739.376.539)
Resultados operacionais	(18.806.968)	(72.360.404)
Rendimentos financeiros	55.080.838	8.928.212
Gastos financeiros	(185.450.667)	(70.177.347)
Resultados financeiros	(130.369.829)	(61.249.135)
Resultados antes de impostos	(149.176.797)	(133.609.539)
Impostos sobre rendimentos	-	-
Resultados líquidos do período	(149.176.797)	(133.609.539)

7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

7.1 VENDAS DE BENS E SERVIÇOS

Em 2018 as Vendas de Bens e Serviços registaram um aumento de 19,0% face ao período homólogo de 2017. Este aumento traduz-se num volume de vendas de 2.205.335.755,00 meticais em 2018, sendo que, em 2017 foram no valor de 1.853.545.468,00 meticais. O peso das contribuições por cada categoria de proveitos é a seguinte: (i) Vendas de Água - 70,8%; (ii) Renda Fixa & Variável - 23,8%; e (iii) Serviços - 5,4%. Em 2017, o peso relativo dos proveitos foi a seguinte: (i) Vendas de Água - 66,43%; (ii) Renda Fixa & Variável - 19,54%; e (iii) Serviços - 14,03%.

Os proveitos de Venda de Água registaram um crescimento de 26,82% (1.231.030.543,00 meticais em 2017 para 1.561.199.772,00 meticais em 2018) explicado pelo ajustamento tarifário com efeitos a 01 de Outubro de 2018 (Resolução nº 2/2018 de 20 de Julho) do Conselho de Regulação de Águas (CRA). A estrutura tarifária aprovada tinha como objectivo: (i) contribuir para o alcance da sustentabilidade económica financeira das empresas de abastecimento de água; (ii) viabilizar a extensão do serviço de forma acessível para as famílias de baixa renda; e (iii) permitir sustentar o serviço da dívida pelos créditos para investimentos.

Os proveitos de Renda Variável registaram um crescimento significativo em 2018, tendo ascendido dos 260.650.955,00 meticais em 2017 para 302.865.223 em 2018.

7.2 CUSTOS DE MEIOS CIRCULANTES MATERIAIS VENDIDOS OU CONSUMIDOS

Os custos com meios circulantes materiais consumidos, registaram uma redução de 14,0% explicado essencialmente pela redução significativa do consumo de tubagem para obras de extensão da rede nas áreas operacionais de Nacala e Cuamba.

7.3 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal registaram um crescimento de 12,34%, tendo passado de 636.939.474,00 meticais em 2017 para 715.623.361,00 meticais em 2018. O crescimento é explicado pelo ajustamento decretado pelo Governo, tendo sido estabelecido 7% para salário mínimo e 5% para restantes categorias e o movimento de progressões nas carreiras profissionais ocorridos no quadro do FIPAG que beneficiaram 241 colaboradores.

7.4 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Os custos com fornecimentos e serviços de terceiros apresentam um acréscimo de 12,74% resultante do crescimento dos custos associados ao consumo de: (i) electricidade em 38,9% (em 2017 foram 213.802.551 e 2018 foram 296.982.583) devido ao aumento tarifário das tarifas de electricidade; e (ii) Deslocações e estadias em 30,8% (equivalente a 7.422.296,00 meticais), decorrente da necessidade de fazer face à deslocações e estadias aos locais onde foi implementado o programa de aceleração do PQG e PRAVIDA.

7.5 GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registaram um crescimento em 164,29% explicado pelas diferenças cambiais desfavoráveis nas contas de empréstimos em moeda estrangeira.

7.6 EVENTOS NÃO RECORRENTES

Durante o exercício de 2018, não houve qualquer ocorrência anormal digna de ser registada como evento não recorrente. Desta forma, o resultado líquido de 2018 não foi corrigido.



RELATÓRIO e CONTAS 2018

7.6 SERVIÇO DA DÍVIDA

No que respeita ao cumprimento das obrigações decorrentes do serviço da dívida, no ano de 2018, foram efectuados reembolsos no montante de 60.786.291,00 MZM, dos quais, 40.037.502,10 são referentes ao serviço da dívida por conta do empréstimo do Banco Europeu de Desenvolvimento – BEI e 20.748.788,90 Meticais por conta do BAD. Ainda no quadro do serviço da dívida, o governo viu-se na contingência de adiar e reorientar cerca de 490 milhões de meticais, previstos para o serviço da dívida de 2018 e 2019 por conta dos empréstimos do Banco Mundial, para fazer face a mitigação dos efeitos da falta de água que afectou as cidades de Maputo, Matola e Boane, derivada da seca cíclica que tem estado a assolar a região sul de Moçambique, tendo sido o respectivo montante aplicado na empreitada da implantação de uma Estação de Tratamento de Água Compacta (ETA) na região de Sábie. Espera-se desta ETA, uma produção de 30.000 m³/dia, de necessários para o reforço da água produzida a partir da ETA do Umbeluzi.

ANO	MONTANTE REEMBOLSADO EM METICAIS
2011	104.400.000,00
2012	88.745.241,00
2013	134.039.158,79
2014	182.789.231,00
2015	184.000.466,96
2016	257.026.582,87
2017	246.956.011,60
2018	60.786.291,00
Total	1.258.742.983,22

8. BALANÇO

(Valores expressos em meticais)

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Activos não correntes		
Activos tangíveis	8.359.217.840	8.330.080.388
Activos intangíveis	112.519.611	108.644.536
Outros activos financeiros	9.665.683.147	7.743.051.848
Total dos activos não correntes	18.137.420.598	16.181.776.772
Activos correntes		
Inventários	158.949.126	172.532.789
Clientes	1.796.433.687	1.356.813.480
Outros activos financeiros	876.396.717	736.149.032
Outros activos correntes	686.634.142	624.507.263
Caixa e equivalentes de caixa	1.242.288.212	1.198.533.378
Total dos activos correntes	4.760.701.884	4.088.535.942
Total do activo	22.898.122.482	20.270.312.714
Capital próprio e passivos		
Capital próprio		
Reserva de conversão	(672.595.848)	(672.595.848)
Fundos internos	2.491.960.893	2.396.361.597
Fundos externos	10.553.627.998	7.678.042.847
Fundo para activos tangíveis	5.191.087.267	4.817.608.507
Resultados acumulados	(4.508.214.859)	(4.374.605.320)
Resultado líquido de exercício	(149.176.797)	(133.609.539)
Total do capital próprio	12.906.688.654	9.711.202.244
Passivos não correntes		
Empréstimos obtidos	8.342.692.593	8.792.360.646
Outros passivos financeiros	-	31.267.798
Total dos passivos não correntes	8.342.692.593	8.823.628.444
Passivos correntes		
Empréstimos obtidos	0	190.700.398
Fornecedores	67.073.805	125.720.429
Outros passivos financeiros	1.500.472.550	1.367.126.644
Outros passivos correntes	81.194.880	51.934.555
Total dos passivos correntes	1.648.741.235	1.735.482.026
Total dos passivos	9.991.433.828	10.559.110.470
Total do capital próprio e dos passivos	22.898.122.482	20.270.312.714



RELATÓRIO e CONTAS 2018

9. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Valores expressos em Meticais)

	Fundos internos	Fundos externos	Fundo de activos tangíveis	Reserva de conversão	Resultados acumulados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo no início de 2017	2.384.667.281	7.330.790.305	4.168.256.858	(672.595.848)	(3.413.043.772)	(961.561.548)	8.838.513.276
Regularização do Exercício	-	-	-	-	(961.561.548)	961.561.548	-
Movimento do ano	11.694.316	347.252.542	649.351.649	-	-	-	1.008.298.507
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(133.609.539)	(133.609.539)
Saldo no fim de 2017	2.396.361.597	7.678.042.847	4.817.608.507	(672.595.848)	(4.374.605.320)	(133.609.539)	9.711.202.244
Aplicação de resultados	-	-	-	-	(133.609.539)	133.609.539	-
Movimento do ano	95.599.296	2.875.585.151	373.478.760	-	-	-	3.344.663.207
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(149.176.797)	(149.176.797)
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	2.491.960.893	10.553.627.998	5.191.087.267	(672.595.848)	(4.508.214.859)	(149.176.797)	12.906.688.654

10. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em Meticais)

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do período	(149.176.797)	(133.609.539)
Ajustamentos ao resultado relativos a:		
Depreciações e amortizações do exercício	375.639.540	375.736.591
Aumento de provisões	47.113.445	119.658.406
Juros líquidos	-	-
Aumento/redução de inventários	(13.583.663)	(34.237.663)
Aumento de clientes e outros activos financeiros	(579.867.892)	(273.676.370)
Redução/aumento de outros activos correntes	(62.126.879) 344.938.627	344.938.627
Redução/aumento de fornecedores e outros passivos financeiros	43.431.484	(66.137.995)
Redução/aumento de outros passivos correntes e não correntes	29.260.325	(10.220.717)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	(309.310.437)	322.451.340
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis	(29.137.452)	(117.471.057)
Aquisição de activos intangíveis	(3.875.075)	(17.299.446)
Outros investimentos	(1.922.631.299)	(1.264.880.465)
Juros e rendimentos similares	-	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	(1.955.643.826)	(1.399.650.968)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(640.368.451)	921.386.984
Outras operações de financiamentos	3.015.410.650	761.202.096
Pagamentos respeitantes a:		
Reembolsos de empréstimos e outros financiamentos obtidos	(54.445.956)	(191.902.571)
Juros e gastos similares	(11.887.147)	(56.396.014)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	2.308.709.097	1.434.290.495
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	43.754.834	357.090.867
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.198.533.378	841.442.511
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.242.288.212	1.198.533.378



RELATÓRIO e CONTAS 2018

11. ENTIDADE A REPORTAR

Criado no âmbito da implementação do QGD em 1998, o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) é uma instituição pública de âmbito nacional, dotada de personalidade jurídica e com autonomia financeira, administrativa e patrimonial, tutelada sectorialmente pelo Ministro das Obras Publicas e Habitação que superintende a Área de Abastecimento de Água e financeiramente pelo Ministro das Finanças, que superintende a Área das Finanças.

O FIPAG tem como função principal gerir o Património e o Programa de Investimento Público nos Sistemas de Abastecimento de Água das seguintes cidades: Nampula, Nacala, Angoche, Pemba, Lichinga, Cuamba, Beira/Dondo, Quelimane, Chimoiio/Gondola/Manica, Tete/Moatize, Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Maputo/Matola/Boane.

No que refere a gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água, a excepção dos demais, onde o FIPAG faz uma gestão transitória directa, o Sistema de Maputo/Matola/Boane é gerido por um Operador Privado (AdeM) através de um Contracto de Cessão de Exploração, que foi extendido por mais 5 anos a partir de 1 de Dezembro de 2014, sendo detida pelo FIPAG, com uma participação maioritária de 73 por cento das acções.

O quadro legal do funcionamento do FIPAG foi introduzido pelo Decreto n.º 73/98, de 23 de Dezembro, e mais tarde emendado pelo Decreto n.º 48/2012 de 28 de Dezembro. Assim, são objectivos do FIPAG:

- Agir, em nome do Estado, como interlocutor principal com o operador privado;
- Gerir, de forma eficiente e financeiramente viável, o programa de investimento público e privado nos sistemas de abastecimento de água que lhe forem confiados;
- Gerir os bens operacionais e de exploração afectos aos sistemas de abastecimento de água que lhe forem confiados, a título transitório e pelo período estipulado;
- Delegar a exploração ou a gestão dos sistemas de abastecimento de água a entidades de direito privado e proceder ao seu acompanhamento e supervisão;
- Promover a rentabilização dos serviços de abastecimento de água através da participação nas sociedades, bem como a capacitação e desenvolvimento de operadores nacionais.
- Provada a sua viabilidade técnica ou financeira, o FIPAG pode propor à tutela a aprovação da constituição de sociedades comerciais, associações ou fundações, em que o FIPAG seja parte, bem como participar em sociedades, consórcios e outras entidades afins, cujo objecto social seja o serviço público de abastecimento de água urbano, ou actividade conexas ou complementar àquele serviço, ou ainda promover a sua formação nos termos da legislação aplicável.

12. BASE DE PREPARAÇÃO

BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes com uma periodicidade duodecimal em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A amortização dos mesmos é efectuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima manutenção, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados. Os demais dispêndios com reparações, manutenção e conservação são reconhecidos como um custo do período em que são incorridos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Os activos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração consolidada do rendimento integral, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais".

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis do FIPAG são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A amortização dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

Vida útil estimada (em anos)

Software – PHC	10
Software – PRIMAVERA	10
Software – PRÉ-PAGO	10

O FIPAG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

INVENTÁRIOS

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício. O custo de aquisição inclui todos os gastos directos ou indirectos até à sua entrada em armazém.

DESCRIÇÃO	TAXAS	ANOS
Construções	2-5%	20-50
Equipamento básico	10%	10
Mobiliário e equipamento administrativo e social	25%	4
Equipamento de transporte	10%	10
Ferramentas e utensílios	12,5%	8
Outros activos tangíveis	10%	10
Investimentos em curso	33,33%	3